



APRESENTAÇÃO

É com grande felicidade que apresentamos o número 8 da Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI, dividido em nove seções.

A primeira destina-se a trabalhos doutrinários referentes à Infraestrutura e traz o estudo do Mestre Thiago Priess Valiati, intitulado “O sistema duplo de regulação no Brasil: a regulação por contrato complementada pela regulação por agência”, em que examina a participação das agências reguladoras nos contratos de infraestrutura.

A segunda seção, destinada à doutrina brasileira do Direito Administrativo, divide-se em cinco subseções. A primeira, referente ao controle da Administração, é composta de dois trabalhos. O primeiro, de autoria de um dos coordenadores, Doutor Ricardo Marcondes Martins, Professor da PUC-SP, intitulado “Aspectos controvertidos da Advocacia Pública”, examina a relação entre a Advocacia Pública litigiosa e o interesse público, bem como a defesa em juízo de agentes públicos. O segundo, de autoria do Doutor Wallace Paiva Martins Junior, Professor da UniSantos, intitulado “Administração Pública, resolução extrajudicial de conflitos e compromisso de ajustamento de conduta”, examina a resolução extrajudicial de conflitos com a Administração Pública, por meio de diversos expedientes, como arbitragem, mediação e compromissos de ajustamento de conduta.

A segunda subseção, destinada ao tema do processo administrativo, traz o trabalho “A Lei 9.784/99 e o procedimento administrativo: vinte anos de um paradigma”, de autoria do Doutor Edilson Pereira Nobre Júnior, Professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O autor apresenta um excelente panorama da Lei federal de processo administrativo após vinte anos de vigência. A terceira subseção, destinada à organização administrativa, traz o estudo “Governança corporativa na administração pública”, de autoria do Doutor Edimur Ferreira de Faria, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e de Luiza

Mascarenhas Damasceno. Os autores examinam a governança corporativa, contrapondo-a aos modelos burocrático e gerencial. A quarta subseção, destinada à ordenação administrativa, apresenta o estudo “Natureza jurídica das medidas cautelares administrativas patrimoniais”, de autoria do Doutor Flávio Garcia Cabral, Coordenador e Professor da Escola de Direito da Associação do Ministério Público do Mato Grosso do Sul – EDAMP-MS. A quinta subseção, destinada ao tema dos contratos administrativos, apresenta o artigo “A aquisição de bens usados pela administração pública”, de autoria do Mestre Aniello dos Reis Parziale, Professor da Universidade Braz Cubas, que examina a possibilidade de a Administração optar por adquirir bens usados.

Na terceira seção, seguindo um padrão estabelecido desde o primeiro número da RDAI, publicam-se trabalhos da doutrina estrangeira. Neste número, a seção é composta de dois artigos. O primeiro, intitulado “Regímen de modificación al contrato de participación público- privada (PPP) en Uruguay”, de autoria do Mestre Adrián A. Gutiérrez e do Doutor Pablo Leiza Zunino, ambos Professores da Universidad de la República Oriental del Uruguay (UDELAR) e da Universidade Católica do Uruguai. O segundo, intitulado “Análisis de las medidas de *compliancey self cleaning* en el ámbito de la contratación pública”, de autoria do Doutor Gastón Lapaz. Ambos os trabalhos tratam dos contratos administrativos: o primeiro examina as parcerias público-privadas no direito uruguaio e o segundo as recentes medidas de *compliance* estabelecidas no direito espanhol.

Na quarta seção, seguindo a proposta da linha editorial de apresentar comentários sobre as mais recentes decisões judiciais que tenham por objeto temas de Infraestrutura e de Direito Administrativo, publicam-se cinco comentários sobre recentes julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. O primeiro, denominado “A problemática envolvendo as questões de mérito administrativo e o Poder Judiciário: uma análise do Recurso Especial nº 1.438-704 – SE”, de autoria do Mestre Alencar Frederico Margraf e do mestrando Wilson Yoshio Oyamada, examina o clássico tema da possibilidade de o Poder Judiciário examinar o mérito administrativo. O segundo, intitulado “Expurgos inflacionários: comentários à homologação de acordo no âmbito da ADPF 165 pelo Supremo Tribunal Federal”, de autoria da doutoranda Carolina Reis Jatobá Coêlho, examina o acordo homologado pelo STF referente aos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90. O terceiro, denominado “Improbidade administrativa e crimes de responsabilidade: PET. 3.240 Agr/DF”, de autoria do mestrando João Victor Tavares Galil, examina a responsabilização de agentes políticos por improbidade administrativa. O quarto, denominado “Responsabilidade objetiva nos casos de omissão estatal: comentários ao julgamento do RE 598.356/SP, de autoria do mestrando Rafael Valle Vernaschi, examina a responsabilidade objetiva em caso de omissão estatal. O quinto, intitulado “O dolo específico e as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação: análise do julgado Inq. 3.962/DF”, de autoria do doutorando Pedro Flávio Cardoso Lucena e de Levaní de Freitas Neto, examina a necessidade de dolo específico para tipificação do crime de licitação previsto no art. 89 da Lei 8.666/93.

Na quinta seção, a RDAI publica as transcrições de três conferências. A primeira, de um dos coordenadores, Augusto Neves Dal Pozzo, Professor da PUC-SP, denominada “El derecho y la infraestructura en Brasil”, foi proferida em 6 de setembro de 2018, na cidade de Buenos Aires, nas “Segundas Jornadas sobre Reglas Comunes para Inversiones y PPP en Infraestructura Europa y America Latina”. A segunda e terceira, respectivamente dos Professores Doutores Floriano de Azevedo Marques Neto e Carlos Ari Sundfeld, foram proferidas no encerramento do primeiro dia do V Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos da Infraestrutura – IBEJI, presidido por um dos coordenadores, o Professor Augusto Neves Dal Pozzo, realizado em 5 de outubro de 2017, em São Paulo, no Plenário do Conselho da OAB/SP.

A sexta seção traz inédita entrevista, especialmente concedida à RDAI, pelo Doutor Fábio Konder Comparato, Professor titular aposentado de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, instituição de que é Professor Emérito. Reconhecido como um dos maiores juristas do Direito brasileiro, o Professor Comparato é autor de obras consagradas, consideradas de leitura obrigatória no respectivo campo teórico. Ademais, possui uma atuação profissional de importância

histórica, tendo patrocinado causas de inestimável relevância para o direito brasileiro. Na entrevista, o Professor abordou questões referentes à sua farta bibliografia e experiência docente e profissional. Manifestou-se sobre algumas das ações que patrocinou, e sobre a aplicação de suas obras ao Direito Administrativo. Dá-se, mais uma vez, continuidade ao que foi iniciado no Número 1: trazer ao público depoimentos de importância histórica! Os Coordenadores registram o profundo agradecimento ao Professor pela concessão da entrevista, que, sem sombra de dúvida, constitui mais uma indelével contribuição para o Direito Público Brasileiro.

A sétima e última seção, denominada “Memória do Direito Administrativo”, traz ao público estudos que se tornaram referência na doutrina brasileira. Neste número, republicam-se três trabalhos. Os dois primeiros são de autoria do Professor Fábio Konder Comparato. O primeiro intitula-se “O estudo “Emenda e revisão na Constituição de 1988”, publicado originariamente no primeiro trimestre de 1990, no número 93 da RDP, revista impressa então vinculada ao Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e publicada pela Revista dos Tribunais. No estudo, ainda hoje de inestimável valor científico, o autor diferencia a reforma constitucional por emenda da reforma constitucional por revisão. O segundo, de indiscutível importância histórica, intitula-se “Democratização e segurança”, publicado originariamente no segundo semestre de 1984, no número 71 da RDP, versou, com impressionante erudição, sobre a segurança jurídica na redemocratização do Brasil. Com a republicação desses estudos, a RDAI presta homenagem ao Professor Fábio Konder Comparato, por toda sua contribuição ao desenvolvimento científico do Direito brasileiro.

O terceiro trabalho, de autoria do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, denominado “Novos aspectos da função social da propriedade”, foi originariamente publicado no último trimestre de 1987, no número 84 da RDP. Nele, o aclamado professor paulista forneceu subsídios preciosos para compreensão da função social da propriedade à luz do ordenamento jurídico brasileiro, numa análise que se tornou verdadeiro marco teórico do tema.

A RDAI, acreditam os coordenadores, continua cumprindo plenamente sua *linha editorial*: contribuir para o aprimoramento científico do Direito Administrativo e do Direito da Infraestrutura. Registra-se o agradecimento a Tamires Cristina Bonani Conti e a Victor Silveira Martins pelo trabalho empreendido em prol da publicação deste número; bem como à competente equipe editorial da Revista dos Tribunais e da Thomson Reuters.

Augusto Neves Dal Pozzo

Ricardo Marcondes Martins

1ª Seção – Direito da Infraestrutura

Section 1– Infrastructure Law

O SISTEMA DUPLO DE REGULAÇÃO NO BRASIL: A REGULAÇÃO POR CONTRATO COMPLEMENTADA PELA REGULAÇÃO POR AGÊNCIA

THE DOUBLE REGULATORY SYSTEM IN BRAZIL: REGULATION BY CONTRACT COMPLEMENTED BY REGULATION BY AGENCY

THIAGO PRIESS VALIATI

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a prática de as agências reguladoras figurarem na posição de ente contratante nos contratos regulatórios de infraestrutura no Brasil. Em primeiro lugar, o artigo apresenta o surgimento das agências reguladoras no contexto nacional (regulação por agência), destacando os seus principais objetivos e características. Em segundo lugar, o artigo expõe os conceitos de regulação por contrato e de contrato regulatório, sobretudo em relação aos chamados contratos de longa duração, essenciais para a exploração da infraestrutura nacional. Após a exposição das duas principais formas de regulação (regulação por agência e por contrato), o artigo analisa o contexto regulatório nacional e apresenta o denominado sistema duplo de regulação. Finalmente, o trabalho apresenta proposta para a efetivação do referido sistema duplo de regulação no âmbito da instituição de um marco federal para as agências reguladoras.

Palavras-Chaves: Agências Reguladoras; Contrato Regulatório; Sistema Duplo de Regulação; Infraestrutura.

Abstract: This article intends to analyze the appearance of the regulatory agencies as contractors in the Brazilian infrastructure contracts. First, the article presents the rising of regulatory agencies in the Brazilian regulatory context (regulation by agency), highlighting their main purposes and characteristics. Secondly, the article exposes the concepts of regulation by contract and regulatory contract, especially regarding long-term contracts, essential for the exploitation of the Brazilian infrastructure. After exposing the two main forms of regulation (regulation by agency and by contract), the article shows an analysis of the Brazilian regulatory context and presents the so-called “Double Regulation System”. Finally, the article presents a proposal for the implementation of the Double Regulatory System in the scenario of a federal framework for regulatory agencies.

Keywords: Regulatory Agencies; Regulatory Contracts; Double Regulation System; Infrastructure.

2ª. Seção – Direito Administrativo Section 2 – Administrative Law

A) Controle A) Control

ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA ADVOCACIA PÚBLICA CONTROVERSIAL ASPECTS OF PUBLIC ADVOCACY RICARDO MARCONDES MARTINS

Resumo: Os entes públicos, ao contrário das pessoas privadas, não possuem interesses próprios: o chamado “interesse secundário” só é tutelado pelo ordenamento quando coincidente com o “interesse primário”. Essa diferença marca todo o regime jurídico da Advocacia Pública: trata-se de Advocacia de Estado e não de Governo, não lhe cabendo defender o interesse do governante quando contrário ao ordenamento jurídico. É pacífico que a atividade consultiva se presta à defesa do interesse primário. Em relação à atuação em Juízo, a questão é bastante controversa. Cabe ao advogado público defender institucionalmente o interesse primário. Quando sua convicção pessoal não é acolhida pela Instituição, tem a prerrogativa de atuar como *longa manus* do superior hierárquico. Quando os agentes públicos não contrariarem o estabelecido pela Advocacia Pública, devem ser por ela defendidos. Essa defesa não configura advocacia de Governo, pois é necessária para adequada tutela do interesse público.

Abstract: Public entities, unlike private individuals, do not have their own interests: the so-called “secondary interest” is only protected by the Judiciary when it coincides with the “primary interest”. This difference marks the entire legal regime of Public Advocacy: it refers to State Advocacy and not Government Advocacy, in that the advocate (lawyer) should not defend the interests of the ruler when such interest is contrary to the legal system. It is undisputed that advisory activity is intended to defend the primary interest. In relation to the action in court, the issue is quite controversial. It is up to the public lawyer to defend the primary interest institutionally. When his personal conviction is not accepted by the Institution, he has the prerogative to act as “the long hand” of his superior. When public agents do not contradict what is established by the Public Advocacy, they should be defended by it. This defense does not constitute Government advocacy, because it is necessary for the adequate protection of the public interest.

Palavras-chave: Advocacia Pública, advocacia de Estado, advocacia de Governo, interesse público primário e secundário, atividade consultiva, atividade litigiosa, hierarquia, teoria da *longa manus*, defesa de agentes públicos.

Keywords: Public Advocacy, State Advocacy, Government Advocacy, primary and secondary public interest, advisory activity, litigation activity, hierarchy, “long hand” theory, advocacy of public officials.

Administração Pública, resolução extrajudicial de conflitos e compromisso de ajustamento de conduta

Public Administration, out-of-court settlement of disputes and commitment to conduct

WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR

Resumo: A Administração Pública é o maior litigante do Judiciário brasileiro, uma característica tradicional que é tributada pela sobrecarga do sistema de justiça nacional. Além de uma mudança de atitude mais sintonizada com os princípios legais do Direito Administrativo, a legislação atual oferece diversos mecanismos alternativos de solução de controvérsias a serem utilizados nas disputas entre o Poder Público e os indivíduos. Além da arbitragem consolidada pela alteração da Lei 9.307 foi alterada pela Lei 13.129, aquelas previstas na Lei 13.140, que é a lei que define os meios de autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, com ênfase no compromisso de ajustamento de conduta, cujo estudo revela a tendência de substituir decisões unilaterais por soluções negociadas e compartilhamento de poder com o Ministério Público.

Palavras-chave: Administração Pública – Conflitos – Meios alternativos de solução – Compromisso de ajustamento de conduta

Abstract: The Public Administration is the largest litigant in the Brazilian Judiciary, a traditional characteristic that is taxed by the overload of the national justice system. In addition to a change of attitude more in tune with the legal principles of Administrative Law, the current legislation offers several alternative dispute resolution mechanisms to be used in disputes between the Public Power and individuals. In addition to the arbitration consolidated by the amendment of Law 9,307 was amended by Law 13,129, those provided for in Law 13.140, which is the law that defines the means of self-composition of conflicts within the scope of Public Administration, with emphasis on the commitment to conduct adjustment, whose study reveals the tendency to substitute unilateral decisions for negotiated solutions and the sharing of power with the Public Ministry.

Keywords: Public Administration – Conflicts – Alternative means of solution – Commitment to conduct adjustment

B) Processo administrativo

B) *Administrative Proceedings*

A LEI 9.784/99 E O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: VINTE ANOS DE UM PARADIGMA

LAW Nº 9.784/99 AND THE ADMINISTRATIVE PROCEDURE: TWENTY YEARS OF A PARADIGM

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

Resumo: O artigo se destina a ressaltar os vinte anos de vigência da nossa Lei de Procedimento Administrativo Federal (Lei 9.784/99). Para esse fim, discorreu-se, inicialmente, sobre uma ideia de procedimento administrativo, a sua recepção pelos ordenamentos estrangeiros, suas transformações perante o transcurso do tempo e aspectos funcionais. Após abordagem sobre a recepção do instituto no ordenamento brasileiro, enfatiza-se, em seguida, os avanços e deficiências do diploma legal, com sugestões para o aperfeiçoamento sobre sua aplicação.

Palavras-chaves: Administrativo – Procedimento – Lei Federal – Vigência

Abstract: The article intends to highlight the twenty years of validity of our Federal Administrative Procedure Law (Law nº 9.784 / 99). For this purpose, it's initially discussed an idea of administrative procedure, as well as its reception by foreign legal systems, its transformations over time and functional aspects. Moreover, after approaching the topic of this institute's reception by the Brazilian order, it's then emphasized about the advances and deficiencies of this legal diploma, also addressing suggestions for the improvement of its application.

Keywords: Administrative – Procedure – Federal Law – Validity

C) Organização Administrativa
C) Administrative Organization

GOVERNANÇA CORPORATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CORPORATE GOVERNANCE IN PUBLIC ADMINISTRATION
EDIMUR FERREIRA DE FARIA | LUIZA MASCARENHAS
DAMASCENO

Resumo: Este trabalho procurou trazer elucidações quanto aos modelos organizacionais e reforma da Administração Pública, com enfoque no modelo da Governança corporativa aplicada ao estado, em que a Governança pode ser percebida como processo complexo para tomada de decisões que ultrapassam ao governo, considerando os cidadãos como cliente da Administração. Demonstra-se a necessidade de aplicação dos princípios da boa governança, a fim de perquirir a efetividade e eficiência na solução de questões sociais, em que se aplicam: probidade, informação, publicidade, *accountability* e eficiência estatal, para que seja resgatada a confiança dos cidadãos em relação ao Estado e se concretize os preceitos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Palavras-chave: Governança Corporativa, reforma da administração pública, governança corporativa aplicada à administração pública.

Abstract: This work sought to elucidate organizational models and public administration reform, with a focus on the corporate Governance model applied to the state, where Governance can be perceived as a complex process for making decisions that surpass government, considering citizens as a client of the administration itself. It demonstrates the need to apply the principles of good governance in Brazil, in order to investigate the effectiveness and efficiency in solving social issues, in which they apply: probity, information, publicity, accountability and state efficiency, so that it can be rescued and trust in the State and to fulfill the precepts established in our Federal Constitution of 1988.

Keywords: Corporate Governance, public administration reform, corporate governance applied to public administration.

D) Ordenação administrativa
D) Administrative ordination

NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS PATRIMONIAIS
LEGAL NATURE OF PATRIMONIAL ADMINISTRATIVE PRECAUTIONARY MEASURES
FLÁVIO GARCIA CABRAL

Resumo: O artigo busca investigar qual a natureza jurídica das medidas cautelares administrativas patrimoniais diante do ordenamento jurídico brasileiro. Embora o poder cautelar administrativo do Estado seja um importante dever-poder da Administração Pública, que assegura a eficácia dos processos administrativo e atende ao interesse público, trata-se de temática ainda pouco estudada e traz dúvidas quanto ao seu regime jurídico. Ao final, em atenção ao seu conteúdo, verificar-se-á que as medidas cautelares administrativas constituem-se como sacrifícios parciais do direito que, como regra, por ausência de previsão normativa, não geram indenização por parte do Estado, desde que aplicadas nos limites jurídicos determinados.

Palavras-chave: Natureza jurídica; medidas de precaução; administrativo; sacrifício da lei.

Abstract: The article seeks to investigate the legal nature of patrimonial administrative precautionary measures in the Brazilian legal system. Although the precautionary administrative power of the State is an important duty/power of the

Public Administration, which ensures the effectiveness of administrative procedures and serves the public interest, it is a subject that has not yet been studied and raises doubts about its legal regime. In the end, concerning their content, it will be verified that administrative precautionary measures constitute a partial sacrifice of the law, which, as a rule, due to lack of normative provisions, do not generate to the State the duty to compensate, as long as applied within legal limits.

Keywords: legal nature; precautionary measures; administrative; sacrifice of law.

E) Contratos Administrativos

E) Administrative Contracts

A AQUISIÇÃO DE BENS USADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA THE ACQUISITION OF GOODS USED BY THE PUBLIC ADMINISTRATION ANIELLO DOS REIS PARZIALE

Resumo: Em determinadas ocasiões poderá a Administração Pública se servir de bens usados para alcançar os seus objetivos institucionais, haja vista, por exemplo, a inexistência de recursos orçamentários necessários para a aquisição do objeto em seu estado novo ou em virtude da descontinuidade daquilo que é demandado. Deliberando-se, motivadamente, pela contratação de um objeto de segunda mão, deverá o Poder Público contratante redobrar as cautelas no processo de contratação direta ou licitação com o objetivo de afastar a aquisição de um objeto ineficiente e antieconômico. Por meio do presente artigo, busca-se demonstrar que a celebração de um ajuste com esse tipo de objeto é juridicamente possível, apontando-se, ainda, as cautelas que o administrador público deverá ter durante o processamento da contratação, bem como na ocasião do recebimento do objeto, a fim de evitar que tal ajuste não seja reprovado futuramente pelos órgãos de controle, haja vista se caracterizar como ilegítimo. Aponta-se no trabalho o entendimento dos Tribunais de Contas em relação a esse tipo de contratação.

Palavras-chave: Poder Público; Contratações; Aquisição de bem usado; Legitimidade; Cautelas.

Abstract: On certain occasions, the Government may make use of secondhand goods to achieve their institutional goals due to the lack of budgetary resources for the acquisition of the object in its new state or due to the discontinuation of sales of what is demanded. Once decided by the acquisition of some used object, the Government should redouble precautions in direct contracting or bidding process in order to reduce the risks of acquiring an inefficient and uneconomical object. This article aims at demonstrating that the acquisition of this type of object is legally possible, pointing out the safeguards that the public administrator should have during the hiring process as well as at the moment of receiving the object in order to prevent that such negotiation may be disapproved by the control agencies in the future given the fact that it can be considered illegitimate. This work shows how Courts of Auditors take into consideration this type of contract.

Keywords: Government; Contracts; Acquisition of Secondhand Goods; Legitimacy; Cautions.

3ª. Seção – Doutrina estrangeira

Section 3 – Foreign Doctrine

REGÍMEN DE MODIFICACION AL CONTRATO DE PARTICIPACIÓN PÚBLICO – PRIVADA (PPP) EN URUGUAY AMENDMENT REGIME OF PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIP (PPP) CONTRACTS IN URUGUAY

ADRIÁN A. GUTIÉRREZ | PABLO LEIZA ZUNINO

Resumo: El régimen de Participación Pública Privada (PPP) ha cobrado especial impulso en Uruguay recientemente, constituyendo un instrumento que ha permitido avanzar en obras de infraestructura de mediano y gran porte. En este esquema, y

dadas las complejidades que muchas veces se presentan en la etapa de ejecución del contrato es que nos hemos preocupado por analizar el régimen de modificaciones al mismo situación que, muchas veces deviene necesaria para la consecución del fin perseguido. En este trabajo se analiza el régimen legal de modificación al contrato de PPP y su alcance, frente a las distintas situaciones que puedan presentarse.

Palabras Clave: Participación Público Privada. Contratación Administrativa – Prerrogativas de la Administración – Modificación unilateral del contrato – Ejecución del contrato – Contratos Administrativos

Abstract: The Private PublicParticipation regime (PPP) is gaining importance recently in Uruguay and it constitutes an instrument to advance in regular and important infraestructura Works. Within this sketch and due to the complexities appeared during the execution stage of the contract is the reason why we try to analyze the modifications to the rules a necessary way to get the pursued aim. In this work the legal regime of the modifications to the PPP and its reach are analyzed facing the different situations that may be presented.

Keywords: Private Public Participation. Administrative Contract. AdministrationPrerrogatives Unilateral modification of the contract. Execution of the contract . Administrative contracts

ANÁLISIS DE LAS MEDIDAS DE COMPLIANCE Y SELF-CLEANING EN EL ÁMBITO DE LA CONTRATACIÓN PÚBLICA
PUBLIC PROCUREMENT: COMPLIANCE AND SELF-CLEANING MEASURES ANALYSIS
 EZEQUIEL CASSAGNE

Resumen: El presente trabajo toma como marco la nueva regulación de contratación pública en España, como excusa a efectos de analizar la figura de las medidas de self cleanings en dicho ámbito, y a su vez dentro de dicho género la hipótesis de los programas de compliance. En este sentido se analizan dichos institutos desde la perspectiva de las políticas públicas y el interés general, para llegar a referir a nociones como la regulación de la autorregulación, y encaminarnos hacia una idea de public comppliance, como posible herramienta saneadora de la ética pública.

Palabras clave: Contratación pública. Buena administración. Ética pública. Cumplimiento de normas. Medidas de autolimpieza. Contralor del Estado.

Abstract: This paper originates within the framework of the new regulation of public contracts in Spain, as an excuse to analyze the instrument of self-cleaning measures within said field, and specifically they case of compliance programs. In this sense, said institutes are analyzed from the perspective of public policy and general interest, to arrive at notions such as the regulation of self-regulation, and thus head towards an idea of public compliance, as a possible tool for restructuring public ethics.

Keywords: Public procurement. Good administration. Public ethics. Compliance. Self-cleaning measures. Comptroller of the State.

4ª. SEÇÃO – COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA
 SECTION 4: COMMENTS OS JURISPRUDENCE

A problemática envolvendo as questões de mérito administrativo e o Poder Judiciário: uma análise do Recurso Especial nº 1.438-704 – SE
The problematic involving issues of administrative merit and the Judiciary: an analysis of the Special Appeal nº 1.438-704 – SE

ALENCAR FREDERICO MARGRAF | WILSON YOSHIRO
 OYAMADA

Resumo: Nesse comentário jurisprudencial será analisada a polêmica em torno das questões de mérito administrativo e o Poder Judiciário. No caso, abordaremos sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.438.704 – SE (2014/0042310-5). O problema, aqui apresentado, repousa sobre a (im)possibilidade do Poder Judiciário tratar de questões de conveniência e oportunidade das decisões

administrativas, conhecidas como “mérito administrativo”. Analisaremos, ademais, se as decisões de mérito administrativo viola a “separação de poderes”. Por oportuno, serão demonstrados alguns posicionamentos doutrinários a respeito do conceito de mérito administrativo.

Palavras-Chaves: Mérito administrativo. Poder judiciário. STJ. Conveniência. Oportunidade.

Abstract: This jurisprudential commentary will analyze the controversy surrounding issues of administrative merit and the Judiciary. In this case, we will address the decision of the Superior Court of Justice in Special Appeal No. 1,438,704 – SE (2014 / 0042310-5). The problem presented here rests on the (im)possibility of the Judiciary to deal with issues of convenience and timeliness of administrative decisions, known as “administrative merit”. We will also analyze whether decisions of administrative merit violate the “separation of powers”. As appropriate, some doctrinal positions regarding the concept of administrative merit will be demonstrated.

Keywords: Administrative Merit. Judicial power. STJ. Convenience. Opportunity.

Expurgos inflacionários: comentários à homologação de acordo no âmbito da ADPF 165 pelo Supremo Tribunal Federal.

Inflationary purges: comments on the homologation of agreement under ADPF 165 by the Supreme Court of Brazil.

CAROLINA REIS JATOBÁ COELHO

Resumo: Os denominados Planos Econômicos foram políticas monetárias aplicadas durante os governos brasileiros dos anos de 1980 a 1990/2000, visando estabilização da moeda nacional, então acentadamente inflacionada. A ausência de correção monetária pelos devidos índices de inflação apurados no período gerou os denominados expurgos inflacionários que levou milhares de poupadores ao Judiciário Brasileiro. Finalmente, quando a decisão final acerca da constitucionalidade das medidas chegou à Corte Constitucional, por intermédio de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, houve sobrestamento da questão nas instâncias inferiores, representando “cerca de 70% dos processos sobrestados nas Cortes do País aguardando a resolução da controvérsia em repercussão geral, segundo dados do “Supremo em ação 2017”. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal não se debruçou sobre o mérito da ação, homologando um acordo entre agentes econômicos envolvidos na controvérsia. O presente artigo intenciona compreender a decisão a partir do consequencialismo aplicado às técnicas judiciais e o critica quando utilizado apenas fundamentado na escola *Law and Economics*, de Posner, sobretudo quando intenciona substituir a estrutura da lógica normativa e jurídica.

Abstract: The Economic Plans were monetary policies applied during the Brazilian governments from 1980 to 1990/2000, aiming at stabilizing the national currency, then markedly inflated. The absence of monetary correction for the appropriate inflation indexes in the period generated the “inflationary purges” that led thousands of consumers to the Brazilian Judiciary. Finally, when the final decision about the constitutionality reached the Constitutional Court, through an Action for Non-compliance with a Fundamental Precept and “about 70% of cases were suspend to be solved by the leading case, Brazilian Federal Supreme Court did not consider the merits of the action, ratifying an agreement between economic agents involved in the controversy. The paper intends to understand the decision based on the consequentialism applied to judicial techniques and criticism when it is used only based on Posner’s Law and Economics school, especially when it replaces the structure of normative and legal logic.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal. Homologação de acordo entre agentes econômicos. Expurgos Inflacionários. Consequencialismo.

Keywords: Supreme Court of Brazil. Homologation of agrément between economic agents. Inflationary purges. Consequentialism.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMES DE RESPONSABILIDADE: PET. 3.240 AGR/DF*MISCONDUCT IN PUBLIC OFFICE AND CRIMES OF POLITICAL RESPONSIBILITY – PET. 3.240 AGR/DF***JOÃO VICTOR TAVARES GALIL**

Resumo: Trata-se o presente trabalho de análise, composta de exposição, apresentação dos argumentos e posições dos Ministros da Suprema Corte e leitura crítica, a respeito da decisão colegiada em razão do agravo regimental na Petição n. 3.240/DF, que discutiu a submissão de agentes políticos ao regime punitivo de improbidade administrativa e a extensão do foro privilegiado em caso de resposta afirmativa.

Abstract: The present work of analysis, consisting of an exposition, presentation of the arguments and positions of the Ministers of the Supreme Court and critical reading, regarding the collegiate decision due to the aggravated regimental in Petition n. 3.240/DF, which discussed the submission of political agents to the punitive regime of administrative improbity and the extension of the privileged forum in case of an affirmative answer.

Palavras-chave: improbidade administrativa; corrupção; crimes de responsabilidade; foro privilegiado.

Keywords: misconduct in public office; corruption; political responsibility; parliamentary immunity.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA NOS CASOS DE OMISSÃO ESTATAL: COMENTÁRIOS AO JULGAMENTO DO RE 598.356/SP*OBJECTIVE LIABILITY IN THE CASES OF STATE OMISSION: COMMENTS ON THE JUDGMENT OF THE RE 598.356/SP***RAFAEL VALLE VERNASCHI**

Resumo: O presente artigo visa analisar o julgamento do RE 598.356/SP, que, em votação unânime, condenou empresa prestadora de serviço público ao ressarcimento dos danos decorrentes de furto de caminhão de empresa de transportes, ocorrido no momento da fiscalização em posto de pesagem. O tema central de debate é a aplicação da responsabilidade objetiva nos casos de conduta omissiva do Estado.

Palavras-chave: Responsabilidade civil do Estado – responsabilidade objetiva – omissão estatal – empresa prestadora de serviço público

Abstract: This article aims at analyzing the judgment of RE 598.356 / SP, which, in a unanimous vote, condemned a company that provides public service to compensate for the damages caused by theft of a transportation company truck, which occurred at the time of inspection at a weighing station. The central topic of debate is the application of objective liability in cases of omissive conduct by the State.

Keywords: Civil liability of the State – objective liability – state omission – public service provider

O DOLO ESPECÍFICO E AS FORMALIDADES PERTINENTES À DISPENSA OU À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: ANÁLISE DO JULGADO INQ. 3.962/DF*THE SPECIFIC INTENT AND FORMALITIES PERTAINING TO THE WAIVER OR UNENFORCEABILITY OF BIDDING: ANALYSIS OF JURISPRUDENCE INQ. 3.962/DF***PEDRO FLÁVIO CARDOSO LUCENA | LEVANÍ DE FREITAS NETO**

Resumo: O presente artigo realiza análise acerca do julgado Inq. 3.962/DF, cujo objeto principal é a discussão acerca da necessidade de comprovação de dolo específico para caracterização da conduta criminosa tipificada na segunda parte do artigo 89 da Lei nº 8.666/93, qual seja: não observação das formalidades inerentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação. Restou fixado o entendimento de que as formalidades exigidas seriam aquelas dispostas em artigo 26 da lei supracitada, bem

como foi pontuado, com fundamento no caso em estudo, que diante do atendimento das formalidades legais por parte do gestor público, então, para a efetiva criminalização, se faz necessário o dolo específico desinente a conduta, que, por exemplo, pode ser demonstrado se caracterizado conluio entre os agentes públicos envolvidos.

Abstract: This article analyzes the Inq. 3,962 / DF, whose main purpose is to discuss the need for proof of specific intent to characterize the criminal conduct defined in the second part of article 89 of Law 8,666 / 93, namely: failure to observe the formalities inherent in the dispensation or the non-enforceability of bidding. The understanding was that the formalities required would be those set forth in article 26 of the aforementioned law, as well as punctuated, on the basis of the case under analysis, that, in view of the fulfillment of legal formalities through the public manager, then, for the purpose of effective criminalization, it is necessary for specific fraud to disinfect conduct, which, for example, can be demonstrated if there is a collusion between agents involved.

Palavras-chave: Dolo específico. Formalidade legal. Licitação. Criminalização. Agente público.

Keywords: Specific intent. Legal formality. Bidding. Criminalization. Public agent.

5ª. SEÇÃO – CONFERÊNCIAS E DEBATES SECTION 5 – CONFERENCES AND DEBATES

EL DERECHO Y LA INFRAESTRUCTURA EN BRASIL
THE LAW AND THE INFRASTRUCTURE IN BRAZIL [1]
AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Resumen: No es novedad que Brasil presenta cuellos de botella sectoriales que impiden su proyección económica y social. A pesar de que los años más recientes han mostrado evolución en los métodos de articulación entre los sectores público y privado, el país todavía carece de inversiones en infraestructura capaces de impulsar su desarrollo socioeconómico. Ante este cuadro, se discute de modo cada vez más enfático la necesidad del derecho de crear mecanismos que sean capaces de conferir seguridad jurídica al ambiente negociador que permea el mercado de infraestructuras. El presente ensayo analiza las transformaciones en los modelos de alianzas que ocurrieron en Brasil a lo largo de las últimas décadas y apunta las necesidades para el desarrollo adecuado de nuevos proyectos de infraestructura.

Abstract: No wonder Brazil has sectoral bottlenecks that hamper its economic and social growth. Although recent years have shown evolution in the methods of articulation between the public and private sectors, the country still lacks investments in infrastructure capable of boosting its socioeconomic development. Faced with this situation, the need for the law to create mechanisms capable of conferring legal certainty to the negotiating environment that permeates the infrastructure market is discussed more emphatically. This essay analyzes the transformations in the alliance models that have occurred in Brazil in the last decades and points out the needs for the adequate development of new infrastructure projects.

Palabras clave: Infraestructura. Derecho Brasileño. Concesión. Asociaciones Público-Privadas. Seguridad jurídica.

Keywords: Infrastructure. Brazilian Law. Concession. Public-Private Partnerships. Administration. Legal security.

[1] Conferencia ministrada en 6 de septiembre de 2018 nas “Segundas Jornadas sobre Reglas Comunes para Inversiones y PPP en Infraestructura Europa y America Latina” – Buenos Aires – Argentina

EL DERECHO Y LA INFRAESTRUCTURA EN BRASIL
THE LAW AND THE INFRASTRUCTURE IN BRAZIL
AUGUSTO NEVES DAL POZZO

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO DIA DO V FÓRUM NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA
FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO DIA DO V FÓRUM NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA
CARLOS ARI SUNDFELD

6ª. Seção – Entrevista
Section 6 – Interview

ENTREVISTA COM FÁBIO KONDER COMPARATO
INTERVIEW WITH FÁBIO KONDER COMPARATO
AUGUSTO NEVES DAL POZZO E RICARDO MARCONDES MARTINS

7ª Seção – Memória do Direito Administrativo
Section 7 – Retrospective of Administrative Law

EMENDA E REVISÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988
AMENDMENT AND REVIEW THE BRAZILIAN CONSTITUTION OF 1988
FÁBIO KONDER COMPARATO

DEMOCRATIZAÇÃO E SEGURANÇA
DEMOCRATIZATION AND CERTAINTY
FÁBIO KONDER COMPARATO

NOVOS ASPECTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
NEW ASPECTS OF THE SOCIAL ROLE OF PROPERTY
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA
PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES